

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E SUBJETIVIDADE: ANÁLISE INTERPRETATIVA DO SIGNIFICADO DO DESEMPREGO¹

Daniel Gustavo Fleig*
Maria Cecília Pereira**
Denize Grzybovski***
Mozar José de Brito****

RESUMO

Neste trabalho, procurou-se desvendar as representações sociais elaboradas por trabalhadores em torno da perda do emprego. Para tanto, teceram-se algumas considerações sobre o processo de reestruturação produtiva, particularizando as mudanças ocorridas nas relações de trabalho, nas formas de mediação de conflitos e seus impactos na subjetividade humana. A natureza do fenômeno investigado imprimiu uma escolha teórico-metodológica cunhada nos pressupostos da abordagem interpretativa, optando-se, mais especificamente, por se analisar o significado da perda do emprego para os trabalhadores sob a ótica da teoria das representações sociais. Portanto, trata-se de estudo de natureza qualitativa, realizado em amostra de ex-operários de uma multinacional do setor metalúrgico-automobilístico, após sua reestruturação produtiva. As representações apreendidas acerca do desemprego convalidam a importância dessa questão social no desenvolvimento da subjetividade humana, principalmente como fonte de pressão e ameaça à cidadania.

ABSTRACT

The aim of the present study was to reveal the social representation developed by workers who lost their jobs. Then some theoretical consideration about the productive restructuring processes was developed, specially about the changes which has been occurring concerning the job relations, the conflict mediation ways and their impacts on human subjectivism. The nature of this phenomenon led to a theoretical and methodological choice based on the presupposition of the interpretative approach. The meaning of losing the job was specially analysed by the view of the social representation theory. So, this study got a qualitative nature and it was realized with a sample of ex-workers of a metallurgical automotive multinational company that had passed through a productive restructuring process. The social representation learned from the experience of being unemployed reaffirm the importance of this social question in terms of developing the human subjectivism, specially as a source of pressure and threat for citizenship.

¹ Uma primeira versão do presente trabalho foi apresentada no 27.º Encontro da Anpad, em 2003, na área Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho. Agradecimentos aos pares pelas importantes observações que permitiram a revisão e o enriquecimento das discussões teóricas.

* Prof. Faculdade do Litoral Paranaense (FALPAR)

** Mestranda em Adm. PPGA/UFLA

*** Profª Univ. Passo Fundo/RS

**** Prof. PPGA/UFLA

INTRODUÇÃO

Observa-se transformação sem precedentes na história das relações sociais de produção, no modo de produzir e de conceber o mundo do trabalho, cuja centralidade forjada pela Revolução Industrial vem sofrendo processo de ruptura. Neste contexto, os indivíduos se vêem diante de uma realidade extremamente fluida e imprevisível, que afeta sobremaneira as formas de inter-relacionamento e de percepção do mundo e, ao mesmo tempo, eleva a temática do trabalho e do emprego para um ponto central na compreensão do processo organizativo e do tecido social.

A reestruturação produtiva ocorrida mais intensamente a partir da década de oitenta tem alterado, de forma significativa, as representações construídas pelos trabalhadores em torno do trabalho e do emprego. Produto social da reestruturação produtiva e da lógica destrutiva da sociedade contemporânea, o fenômeno da perda do emprego tem se mostrado mais presente nas duas últimas décadas, dadas as políticas públicas inibidoras de geração de emprego, o desemprego estrutural, as inúmeras formas de reestruturação produtiva flexibilizadoras do cenário formal de trabalho.²

Encontra-se, sob diferentes enfoques teórico-metodológicos na literatura consultada, considerável volume de estudos sobre o desemprego, tratando, em sua maioria, desse fenômeno segundo a lógica positivista de análise. A presente investigação, por sua vez, apresenta-se diferenciadora ao abordar o papel do desemprego na subjetividade dos indivíduos que passaram por tal processo, verificando os conflitos entre empregados e organizações à luz da teoria das representações sociais (TRS). Por *representação social*, entende-se a forma de produção e de propagação do conhecimento constituído na vida, nas ações do cotidiano. É um modelo de conhecimento específico embasado no senso prático do saber comum, apresentando caráter mutável (social e cultural).³

Nesta reflexão, o desemprego foi analisado considerando o processo histórico de construção das relações de trabalho, particularizando suas influências na subjetividade humana. Foram investigadas as formas pelas quais os indivíduos reagem, percebem e atribuem significados ao fenômeno do desemprego no contexto macrossocial contemporâneo, com o objetivo central de investigar as representações sociais elaboradas por trabalhadores ex-empregados de uma empresa do setor metalúrgico em torno da perda do emprego.

Os resultados deste estudo são apresentados em três tópicos principais. Primeiro, a identificação teórica das (inter)relações entre reestruturação produtiva, subjetividade e desemprego, a fim de reunir elementos para analisar as mudanças no mundo do trabalho e a subjetividade humana, destacando-se a repercussão, para o homem, da perda do emprego na contemporaneidade. Na seqüência, a TRS é discutida sob a perspectiva metodológica, procurando-se usá-la para compreender as práticas sociais, apresentando-se, também, a descrição da metodologia empregada e a caracterização dos entrevistados (trabalhadores desempregados). O último tópico apresenta os resultados das análises dos discursos dos entrevistados, subdividindo-se as representações sociais identificadas em três categorias para abarcar os diferentes espectros da vida desses trabalhadores.

Finalmente, os resultados apontam para a necessidade de desconstrução da representação social do desemprego, com vistas a conceber conceitos alter-

² Tedesco e Campos (2001) fazem importante discussão da lógica de reestruturação produtiva na contemporaneidade e das estratégias da sociedade para a (sobre)vivência no mundo do trabalho atual. Apresentam o terceiro setor como sendo "um mecanismo social minimizador do desemprego e da impossibilidade convencional de obtenção de renda por uma parcela significativa da sociedade atual" [palavras iniciais].

³ O conceito foi construído com base nas discussões apresentadas por Guareschi e Jovchelovitch (1995).

nativos para os espaços públicos e para os modos de sobrevivência no atual cenário de trabalho formal, bem como formas valorizadas de socialização, de expressão individual e de constituição da identidade, capazes de contemplar uma nova ordem social.

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, SUBJETIVIDADE E DESEMPREGO

A compreensão das representações sociais dos trabalhadores desempregados em torno da perda do emprego requer contextualização do mundo do trabalho atual e das novas formas de regulação social do processo de gestão das relações entre capital e trabalho. É mister reconhecer que as formas de acumulação taylorista-fordista de produção se esgotaram, assim como o emprego formal cedeu espaços para a flexibilização da força de trabalho, apontando para a possibilidade de uma *terceira via* de relações atípicas de trabalho.

Num mesmo nível de importância, é preciso reconhecer que essas transformações engendram alterações na constituição da subjetividade humana. As formas integradoras do trabalho se desestabilizam em razão das novas configurações do emprego (Tedesco e Campos, 2001), regido por múltiplas determinações impostas pelo capital, e a sociedade do não-trabalho cria formatos de individualismos por falta de referências de lugar de trabalho (Antunes, 2000). É a lógica da reestruturação produtiva criando novas configurações mentais do mundo do trabalho, até então considerado fator essencial na construção de sentido da vida humana.

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO

As mudanças ocorridas no mundo atual, retratadas pelo esgotamento da produção taylorista-fordista, pela reorganização do mundo do trabalho e pelo processo de encontro de culturas, proporcionam descontinuidade jamais vista na história da humanidade. O problema não se refere simplesmente às mudanças econômicas e sociais, mas ao ritmo acelerado delas. Giddens (1991), ao caracterizar a modernidade, indica sua natureza dual, pois, ao mesmo tempo em que possibilita maior comodidade aos seres humanos, também cria condições de risco e de total ausência de segurança. Como um traço da modernidade tardia, além de ser um fenômeno econômico, a globalização demonstra ser mecanismo de transformação da noção de espaço e tempo, exigindo que as organizações incorporem nova divisão internacional do trabalho, promovendo inserção mais competitiva nos mercados e racionalizando os meios de produção.

Para Antunes (2000), a reorganização do processo produtivo imposto por esse movimento de globalização representa um estágio de maturação e de universalização do capitalismo, intensificado a partir da década de 1980. Para esse autor, o modelo japonês de gestão é o principal ícone capitalista a servir de fonte de inspiração para a reestruturação produtiva em diferentes categorias organizacionais.

O Brasil também se inseriu nesse contexto com a implementação de programas voltados para a busca da qualidade total (Lima, 1993c), sem promover discussões sobre a legitimidade, sobre o poder de generalização e sobre os benefícios proporcionados à sociedade. Para Castro (1998), o governo, os empresários, os sindicatos e os especialistas deveriam discutir a legitimação da qualidade total na reestruturação produtiva, num esforço de consolidar a qualidade como alterna-

tiva para fazer frente aos impasses impostos pelo avanço tecnológico e pelos problemas estruturais da economia brasileira.⁴

O processo de reestruturação, que contemplou a introdução da tecnologia da informação, também provocou a institucionalização de novos processos de gestão da produção e do trabalho com o objetivo de oferecer maior racionalidade e previsibilidade aos processos, reduzindo custos e modernizando a gestão. Entre as especificidades desse novo modelo de produção e gestão, destacam-se os seguintes princípios: trabalho organizado em célula de manufatura, *kaizen*, *just-in-time*, *kanban*, programas de qualidade e controle estatístico dos processos (Martins, 1999).

Como resultado, emergiu novo padrão industrial, que significou, principalmente, expansão das tecnologias de base microeletrônica e novos formatos nas relações de trabalho. Para Castro (1998):

em contraposição à lógica fordista, o processo significou a criação de novas relações do trabalho, com base em mudanças nos processos produtivos, nos postos de trabalho, nas hierarquias ou no papel dos sindicatos, [...] com ênfase nas práticas participativas, acompanhadas da rigorosa administração do controle de produtos e processos (Castro, 1998, p.7).

O novo padrão de produção difundiu um modelo de *especialização flexível* na produção, que conduz a se pensar em nova divisão do trabalho e em uma concepção renovada do lugar de trabalho do indivíduo na organização. O modelo de produção flexível contrasta com a lógica de utilização da força de trabalho taylorista-fordista devido à divisão menos acentuada do trabalho, à integração mais pronunciada de funções e à comunicação e à cooperação horizontal (Hirata, 1997).

O contexto acima descrito perpassa a idéia de homens-operários polivalentes e multifuncionais, com capacidades intelectuais de julgamento, discernimento, intervenção e, especialmente, de resolver problemas e propor soluções através de processos criativos coletivos. O resultado esperado pela organização é a ampliação dos níveis de inovação e da velocidade de respostas para a satisfação das exigências dos processos produtivos e do mercado consumidor. Dessa forma, tanto os indivíduos como as organizações devem se adaptar ao novo contexto do trabalho, às novas formas de sua organização, introduzidas para acompanhar as mudanças em relação ao sistema de produção, bem como àquelas referentes às novas formas de integração, necessárias para o sucesso dessa inovação (Hirata, 1997). Por conseguinte, a dimensão subjetiva nos processos de trabalho torna-se central para o modelo de reestruturação produtiva.

O elevado padrão de competitividade instituído pela dinâmica da indústria, da tecnologia e da globalização passou a requerer das empresas capacidade de gerenciarem conhecimento em detrimento dos fatores tradicionais de produção. O foco da competitividade, portanto, desloca a eficácia da gestão da produção para a gestão *de pessoas* e dos conhecimentos que ela porta.

A reestruturação produtiva e os novos focos de gerenciamento provocam impactos no trabalho e no emprego, tais como crescimento do desemprego estrutural, mudanças na natureza do trabalho e nas qualificações requeridas dos trabalhadores, diferenciação e diversificação das relações de emprego e crescimento do trabalho no setor informal (Werneck, 2002).

Lima (1993a), ao refletir sobre a introdução das novas formas de gestão dos processos de trabalho no interior das organizações, constatou que a expansão das novas políticas tem forte impacto na saúde mental dos empregados, pois permitem

⁴ Ver importante discussão sobre a reestruturação produtiva e a desestruturação do mundo do trabalho em Werneck (2002). Partindo do cenário internacional para o cenário nacional, a autora apresenta com muita propriedade as evidências de um mundo do trabalho em mudança e aponta que, para o Brasil, aos desafios do novo contexto somam-se os problemas estruturais e históricos resultantes de um modelo de desenvolvimento fundamentado na exclusão e na marginalização de grandes contingentes populacionais.

o desenvolvimento de processos de exclusão e de auto-exclusão ao invés de facilitar ou de acompanhar a integração dos empregados, a democratização e a humanização das empresas, apesar de serem estes os conteúdos mais presentes no seu discurso (Lima, 1993a, p.22).

Nesse sentido, o trabalho de Tedesco e Campos (2001, p.21) amplia a discussão no campo sociológico e problematiza a natureza do mercado e da inovação tecnológica como processos fracionadores e construtores do social.

Os incluídos fora do mercado ocupam espaços sociais de exclusão e, ao mesmo tempo, são desafiados a encontrar formas próprias de inclusão, ainda que sejam marginais, no âmbito da solidariedade, da economia moral e popular (Tedesco e Campos, 2001, p.21).

Há forte pressão exercida pelo capital na direção da apropriação dos saberes e fazeres dos trabalhadores (Martins, 1999), momento em que se questiona a autonomia do homem e dos saberes por ele portados. O controle e o domínio dos processos de produção correspondem ao exercício de um tipo de poder, sobretudo no que se refere ao controle do ritmo de trabalho dos operários e dos espaços em que o mesmo é exercido.

Enquanto as políticas de gestão participativa e de trabalho em equipe realimentam as esperanças de reconhecimento social dos trabalhadores, alguns autores entendem essa apenas como uma forma diferenciada de manter o controle das forças produtivas. Para Martins (1999),

[...] é uma nova forma de controle e domínio sobre o trabalhador, que podemos definir como sendo um autocontrole, ao passo que o próprio trabalhador introjeta um conjunto de valores e de responsabilidades intimamente ligadas às necessidades do capital (Martins, 1999, p. 17).

Exemplo disso é a avaliação de desempenho. Apesar de ser considerada instrumento de tratamento similar para todos na organização, funciona como meio de diferenciação ao atrelar os resultados do processo avaliativo ao sistema de recompensas e punições (Brito, Brito e Cappelle 2001). Pode ser considerada, ainda, instrumento que provoca nos empregados a interiorização dos códigos de conduta organizacional e expõe subjetivamente o nível de empregabilidade individual. Os processos avaliativos, na maioria das vezes, primam pelo aumento da produtividade através de incentivos sociais e/ou econômicos, que acarretam um processo coletivo de individualização.

Ao colocar o indivíduo no centro das discussões sobre empregabilidade na organização, o processo de individualização é alavancado, uma vez que remete ao indivíduo a responsabilidade por sua qualificação, estando ou não empregado (Hirata, 1997; Linhart, 2000; Oliveira, 2000; Rosa, 1998; Tolfo, 1999). O trabalhador não é o responsável pela crise social, mas acaba sendo um dos prejudicados por ela (Martins, 1999); o modo de produção capitalista conduz o homem a responder pela qualidade dos produtos, ao mesmo tempo em que é afetado pelas mudanças nos padrões de qualidade.

NOVAS RELAÇÕES DE TRABALHO E SUBJETIVIDADE HUMANA

As mudanças no mundo do trabalho, tanto objetivas (novas tecnologias de produção e de gestão) quanto subjetivas (mudanças psicológicas e sociológicas da relação homem-trabalho), engendram modificações no significado do trabalho como atividade do homem. O significado humano do trabalho como fonte de alegria criadora desaparece, restando apenas o "gesto mecânico e sem ressonância humana, o objeto domina sobre o ato de tal forma que o próprio ato vem a tornar-se objeto, a coisificar-se e como tal é tratado". Pelo veio da subjetividade, revela-

se a crescente despersonalização do homem em relação ao trabalho, que abstrai sua condição de homem físico-humano, restando-lhe apenas a "fruição de um hedonismo narcotizante, sob a forma de aquisição compulsiva de bens" (Vaz, citado por Tenório, 1997, p.70-1).

Como forma de amenizar o conflito entre capital e trabalho, o indivíduo acaba por criar *filtros*. A dor provocada pela falta de sentido e significado do trabalho é compensada pela vinculação da realização dos sonhos de cunho eminentemente materiais. Trata-se de sonhos de consumo, poderoso *filtro* que empurra o homem ao trabalho enjoado e doloroso e se torna visível a partir da adoção de uma comunicação paradoxal por parte dos trabalhadores (Martins, 1999). Os filtros abrandam os conflitos através da esquematização da realidade, a ponto de reduzir sua complexidade (Lima, 1993a). Como consequência, os indivíduos apresentam atitude de resignação perante às condições alienantes impostas pelas organizações a que oferecem sua força de trabalho.

Além da relação entre capital e trabalho, os indivíduos são compelidos a mais uma contradição, empregabilidade e desemprego estrutural, evidente no discurso sobre autonomia, e a novas responsabilidades e qualificação profissional. Parece estar em curso uma nova forma de governo dos homens, a que repropõe o ideal político taylorista reformulado sob a união do agir e do pensar. A nova organização do trabalho busca (re)qualificar o dever ser do trabalhador por meio das novas responsabilidades impostas. O trabalhador deve buscar conhecimento e experiência, não apenas técnicos e formalizáveis, mas também os de cunho moral, político e social presentes no *cognitivo* e na *subjetividade*, construindo-se, assim, um *saber ser responsável*, ou seja, um ser totalmente responsável pelo seu sucesso (Rosa, 1998).

Nesse sentido, a educação vem sendo referenciada como forma de responsabilização do trabalhador por sua empregabilidade frente ao desemprego, como forma de aprender novas alternativas de auferir renda (Oliveira, 2000). As empresas buscam cada vez mais trabalhadores qualificados, comprometidos e, em contrapartida, estão estreitando os laços de confiança. Para tanto, as empresas valem-se de novos mecanismos de gestão ditos *modernos*, a fim de mobilizar a subjetividade dos trabalhadores na busca de condições de legitimidade e de fiabilidade de suas ações (Linhart, 2000).

Martins (1999), ao problematizar as novas políticas de recursos humanos de cunho participativo frente à reorganização produtiva, e Lima (1993a, 1993b, 1993c), ao discutir as contradições entre o discurso e a prática das novas políticas de recursos humanos, consideram a reestruturação produtiva uma ação do capital no sentido de que a mesma exerce domínio sobre a subjetividade dos trabalhadores. Baseando-se no discurso humanista, as organizações procuram minimizar a importância crucial dos resultados econômicos dessa reestruturação para o sucesso organizacional.

Há duas dimensões do impacto das novas políticas na subjetividade humana, a sociológica e a psicológica. Na dimensão sociológica, observa-se a individualização através do *carreirismo*, da forte instrumentalização das relações interpessoais e da idealização da empresa (redução da capacidade de questionar e criticar suas ações). Tudo é mediado por um sistema sutil de *autonomia controlada* e forte apelo às vantagens materiais/individuais por meio do discurso da harmonia de interesses. Como consequência, os indivíduos desencadeiam mecanismos de defesa, entre os quais se destaca o deslocamento da realidade (harmonia ilusória) pela formulação discursiva dos conflitos e das emoções de modo a controlá-las; procura-se racionalizar os sentimentos de modo a não entrarem em conflito com os valores organizacionais materiais (Lima, 1993a, 1993b).

Na dimensão psicológica, observa-se duplo processo de exclusão. Primeiro, porque poucos podem usufruir vantagens e, segundo, porque a exclusão ocorre na forma de auto-exclusão. A auto-imagem de uns reflete em diferenciação aos demais trabalhadores. Assim, a relação com os outros se dá sob um regime de desigualdade, "onde é instaurada uma relação de superioridade/inferioridade, a instrumentalidade e a instrumentalização do outro, tornam-se praticamente inevitáveis" (Heller, citado por Lima, 1993b, p. 10).

As formas de controle do homem no mundo do trabalho atual são mais sutis e flexíveis justamente por fornecerem incentivos simbólicos envolvendo ideais, desejos e esperanças que motivam a ação dos trabalhadores, não eliminando isto, contudo, o binômio trabalho-escravidão, que vigorou por séculos no mundo do trabalho. O contexto atual apenas deslocou os objetivos capitalistas, em relação à força de trabalho, do plano econômico para o plano psicológico sob a égide do dinheiro como *ficha simbólica*, mas não resolveu a questão social.

A ESTRUTURA E A REPRESENTAÇÃO COLETIVA DO (DES)EMPREGO NO BRASIL: UMA QUESTÃO SOCIAL

Após a discussão das mudanças no mundo do trabalho e suas influências na subjetividade dos indivíduos, aborda-se a questão do desemprego. Salienta-se que a percepção dos indivíduos quanto ao trabalho está intrinsecamente ligada ao tempo e ao espaço da sua construção social e, conseqüentemente, reflete sua noção de não trabalho sob a ótica da representação social.⁵ Aborda-se a emergência da categoria desemprego no contexto econômico e político, principalmente a partir da criação do vínculo de assalariamento e do desenvolvimento industrial, pois, o desemprego não era problema para as sociedades primitivas, nas quais o trabalho não era encarado como esfera isolada da vida social.

Para compreender a gênese da categoria desemprego, Gautié (1998) sugere reler a história do desemprego. A miséria e a pobreza ocorreram e ocorrem em praticamente todas as sociedades, entretanto, a questão social do desemprego não se reduz à ocorrência da pobreza, surgindo quando os problemas sociais são representados como tal, porque são causados pelo sistema social e/ou porque colocam em perigo tal sistema.

Pode-se distinguir, nas sociedades ocidentais européias, a sucessão de duas problematizações em relação a essa questão social. A primeira estende-se do século XIV ao fim do século XVIII e diz respeito à pobreza nas sociedades pré-industriais; a segunda, que domina do século XIX até hoje, refere-se ao pauperismo associado à industrialização, que fez surgir um trabalhador miserável, cujo salário não permite uma existência decente.

Foi a partir do processo de industrialização, advindo das Revoluções Industrial e Francesa, que as questões das relações de trabalho passaram a ocupar lugar de destaque nos estudos, principalmente econômicos e sociológicos (Gautié, 1998). Muitas vezes, porém, os estudos sobre o trabalho e o desemprego realizados pelos *mainstreams* da economia e da sociologia consideravam-nas variáveis dentro dos estudos das relações sociais, econômicas e políticas, e não como tema principal a ser investigado, refletido e desconstruído (PIORE, 1987).

O desemprego é bem mais do que uma realidade antiga, do que a falta de trabalho ou sua precarização. Para compreendê-lo, é necessário refletir historicamente sobre o fenômeno, principalmente a partir da reestruturação produtiva e da ideologia da industrialização e, ainda, incluir as questões sociais do direito ao trabalho como fonte de subsistência e realização pessoal. Para Gautié (1998), com o propósito de resolver a questão fundamental entre o capital e o trabalho (regulação das relações de trabalho), a política (Estado) entra para o debate. Tanto para os reformadores como para os conservadores, o desemprego passa a ser uma questão primordial na conquista de espaços sociais no campo político-estrutural.

⁵ "As representações coletivas são matrizes que dão forma às práticas de que o próprio mundo social é construído" (p.17) e permite formular três tipos de relação com o mundo social: (a) a classificação e a decomposição, que dão origem aos padrões intelectuais, a partir dos quais a realidade é construída; (b) as práticas sociais, que exibem simbolicamente o status e a hierarquia consolidada no grupo social; (c) as formas institucionalizadas, que marcam a existência do grupo de modo visível e permanente. Essas formas de relação com o mundo social conduzem a pesquisa social a novos campos de estudo, dentre as quais destacam-se as identidades sociais como resultado de "lutas de representação" e insere a psicologia social como uma disciplina que pode oferecer importantes contribuições ao debate na ciência social. Ver Cardoso (2000).

A crise econômica ocorrida no início dos anos trinta foi o fenômeno que desconstruiu o desemprego como categoria social, conferindo-lhe *status* de alvo prioritário nas políticas econômicas dos países desenvolvidos. O keynesianismo opera mudanças importantes com a intervenção estatal na economia, a política do *Welfare State* e o crescimento econômico dos países desenvolvidos amenizam a questão do desemprego, criando certo mito em relação ao trabalho e à segurança do Estado (Minerbo, 1999).⁶ A partir dos anos 70, a impossibilidade de manutenção do estado do bem-estar traz de volta o impasse da falta de trabalho para o seio do capitalismo industrial (Santos, 2001), potencializado a partir da década 1980 com a intensificação das relações político-econômicas no mercado mundial e o delineamento de nova divisão internacional do trabalho (Ianni, 1997).

Com as mudanças no mundo do trabalho, os indivíduos percebem e vivem o (des)emprego. No Brasil, as mudanças negativas na estrutura do emprego são evidentes a partir da década 1990, quando se observa deslocamento de atividades do setor industrial para o setor terciário e aumento considerável das atividades informais e empreendedorísticas. Essas mudanças acarretam redução nas estatísticas dos empregados assalariados e no quadro geral do emprego formal no Brasil. Percebe-se uma precarização das relações de trabalho no que tange aos benefícios e aos direitos adquiridos pelos trabalhadores (Pochmann, 1999).

Para Pochmann (1999), no Brasil, a segmentação do mercado de trabalho, principalmente o aumento dos empregos precários, ou seja, a precarização do trabalho, tem contribuído para o aumento das desigualdades sociais e da exclusão de parcela *inimpreável* da sociedade. Tais transformações têm repercutido no padrão de uso e remuneração da força de trabalho e no avanço da desregulamentação do mercado de trabalho, aumentando o grau de autonomia das empresas em detrimento do poder de barganha dos trabalhadores.

Os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE revelam que as taxas de desemprego variaram entre 6% e 8%, no período 1991-2002. Contudo, há grande discussão por parte dos pesquisadores quanto à metodologia para o cálculo do desemprego. Segundo dados oficiais do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), as taxas de desemprego variaram em torno de 20% no mesmo período citado. É importante ressaltar que, todos os anos, o mercado de trabalho brasileiro não absorve os jovens que deveriam ingressar no mercado de trabalho⁷.

Na década 1990, como resultado do novo modelo econômico brasileiro (abertura comercial, modernização portuária, política de juros altos, acirramento da competitividade global, escassez de financiamentos para a produção e políticas comerciais defensivas), a redução na oferta dos postos de trabalho é transformada em uma das principais variáveis de ajuste das empresas. Devido ao ajuste orçamentário, no setor público não foi diferente e o emprego passou a ser uma variável de ajuste das contas públicas (Pochmann, 1999).

O processo de redução do quadro de pessoal como forma de manutenção da competitividade e o de redução dos custos operacionais eram considerados processos passageiros para dar conta da crise da década 1990. No entanto, tais processos passaram a ser utilizados como política de recursos humanos das empresas para manter os salários em níveis competitivos, principalmente os de menor qualificação (Caldas, 2000). O acirramento da concorrência, em virtude da

⁶ A intensidade do crescimento econômico e as transformações estruturais ocorridas no cenário brasileiro no período pós II Guerra Mundial até os anos setenta, bem como os reflexos na estrutura do emprego formal no Brasil são discutidos por Mattoso (1995).

⁷ De acordo com os dados estatísticos disponibilizados pelo IBGE, observa-se que a população economicamente ativa (PEA), no Brasil, passou de 46,82% da população residente em 1950 para 60,97% em 1999, pressionando ainda mais os índices de desemprego. As taxas de desemprego total, especificamente nas regiões metropolitanas e Distrito Federal, medidas pelo Dieese, apontam níveis médios elevados e que se mantêm entre 19,37% (1998) e 21,78% (2003). O resultado desse contexto foi a redução drástica dos indicadores de emprego assalariado formal no Brasil e o aumento dos índices de desemprego na faixa da população em idade ativa.

globalização, das crises e conseqüente queda de produção, formam o pano de fundo das explicações, tanto conjunturais quanto estruturais, para os cortes de pessoal. As pesquisas realizadas pelo Ipea, em 2002, deixam evidente que quanto maior a instabilidade da demanda por produto de um dado setor, menor o custo de treinamento de certo tipo de trabalhador e quanto menor for a quantidade de informação do trabalhador sobre a empresa, tanto maior será a taxa de rotatividade.

Nesse ambiente complexo e de novos valores no mundo do trabalho, a concepção do termo *trabalho* muda mais rápido que a própria subjetividade humana, acarretando descompasso entre os valores atuais do trabalho (materiais) e os valores humanos (sociais). Esta aparente incompatibilidade entre os valores do mercado, do trabalho e os da família provocam "corrosão do caráter" dos indivíduos (Sennett, 2000). Há uma relação tênue entre os efeitos das demissões (psicológicos, emocionais, físicos, econômicos, profissionais, sociais, familiares e comportamentais), cujos efeitos moderadores e significado coletivo da perda do emprego devem ser considerados ao se analisar os efeitos do desemprego na subjetividade humana (Caldas, 2000).

Waters (2002), ao investigar experiências de demissão de trabalhadores vítimas do *retrenchment* (redução de pessoal ou despesas), percebeu que os mesmos sofriam impactos dessas experiências em sua saúde psicológica. A repercussão variava de acordo com os níveis de satisfação nos empregos anteriores, influenciando a sua capacidade de controle durante o tempo de desemprego e procura por novo emprego. Os demitidos involuntariamente reagiam de forma mais negativa ao desemprego do que outros. Há casos em que o desemprego é "desejado" pelos distúrbios emocionais causados pelo emprego e/ou tarefas realizadas.⁸ Numa via contrária, o desemprego, especialmente na sociedade brasileira, remete o tempo ocioso à idéia de preguiça e irresponsabilidade.

O campo das discussões aqui estabelecido em torno da estrutura do mundo do trabalho e a representação coletiva do (des)emprego no Brasil deixa evidente que essa é questão social a ser tratada de forma especial, tanto pela academia e sociedade, quanto pelo Estado. A literatura consultada revela a continuidade da vinculação do trabalho, do emprego e do homem com o sofrimento, o desgaste físico e emocional, a mutilação e as doenças nas diferentes formas de (re)produção do conhecimento que constitui a vida no cotidiano.

DELINEAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO

O comportamento humano no mundo do trabalho, assim como também em outras instâncias, é marcado por complexas redes de significados interligadas e ambivalentes, de forma às vezes paradoxal, combinando componentes racionais e não racionais, reais e autoconstruídos. Como tentativa de desvendar a rede coletiva de significados construída em torno do desemprego, o presente estudo utiliza a TRS como aporte teórico-metodológico e a perspectiva sociocognitiva para analisar os sentidos produzidos por determinado grupo social, caracterizado como ex-operários da Empresa Alfa, em torno da perda do emprego.

APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO: A TRS E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE

Ao reconstituir a história da TRS, observam-se duas correntes teóricas representadas por Allport e Moscovici. Allport recebeu influências norte-americanas e, devido a sua opção por Comte, adotou postura de ruptura com o passado.

⁸ Ver importante discussão da percepção do adoecimento na realização do trabalho pelos funcionários no setor bancário em Tedesco e Campos (2001).

Utilizando-se do indivíduo para explicar os fenômenos no âmbito coletivo, Allport observa que "não há psicologia dos grupos que não seja essencialmente e inteiramente uma psicologia dos indivíduos" (Farr, 1995, p.43). Os estudos realizados por Moscovici, por sua vez, originaram-se na França e tem bases sustentadas na psicologia social. Ele resgata em Durkheim o conceito de representações coletivas, posicionando-se oposto a Allport ao perfazer a relação entre o passado e o futuro (Farr, 1995).

A TRS busca na psicologia e em outras ciências sociais as possibilidades de (re)construção teórica, epistemológica e metodológica (Guareschi e Jovchelovitch, 1995), caracterizando-se, assim, em uma teoria interdisciplinar (ver Cardoso, 2000). Nos estudos organizacionais, a TRS faz-se importante porque traz à tona a dimensão dos afetos na racionalidade da gestão de pessoas. Isto se deve ao reconhecimento de que, enquanto os sujeitos sociais se empenham por entender e dar sentido ao mundo, eles também o fazem com emoção, sentimentos e paixão, além dos aspectos técnicos, principalmente, os de ordem econômica (relação custo-benefício).

No processo de análise das representações sociais, não é o indivíduo isolado que é tomado como sujeito, mas a externalização de suas manifestações na realidade social em que está inserida a sua produção subjetiva, uma vez que palavras, sentimentos e condutas estão institucionalizados em determinado espaço social e ocorrem mediante a interação das pessoas (Spink, 1995, 2000).

Para Farr (1995), Moscovici procurou justificar que, diante da complexidade das sociedades modernas, poucas representações são verdadeiramente coletivas. Esse caráter localizado, específico e contextualizado das representações sociais possibilita um rompimento da polarização entre o individualismo e o coletivismo. As representações sociais surgem da (re)construção da relação do sujeito com o mundo, ou seja, da sua re-construção da realidade. "O sujeito não está subtraído da realidade social, nem meramente condenado a reproduzi-la. Sua tarefa é elaborar a permanente tensão entre o mundo que já se encontra constituído e seus próprios esforços para ser sujeito" (Jovchelovitch, 1995, p. 78). Por conseguinte, as representações sociais são estruturas estruturantes que revelam o poder de criação e de transformação da realidade social (Spink, 1995).

A realidade do cotidiano em diferentes dimensões é expressa pelas representações mentais individuais e transpostas para o coletivo pela interação social e revelam-se carregadas de elementos de dominação ou resistência. As representações sociais são construídas pelos atores sociais que, como sujeitos da própria história, se movem, constroem sua vida e a explicam. Elas apresentam núcleos positivos de transformação e de resistência na forma de conceber a realidade, demonstrando que a visão de mundo dos diferentes grupos expressa as contradições e conflitos presentes nas condições em que foram engendradas no sistema social, ou seja, "nelas estão presentes elementos tanto de dominação como de resistência, tanto de contradições e conflitos como de conformismo" (Minayo, 1995, p. 109).

Nos estudos organizacionais, importa a dinâmica social e política das representações. Aqui, neste estudo, especificamente, importa o significado da perda do emprego numa realidade material processada socialmente. O pensamento político é uma forma reflexiva de atingir objetivos no âmbito do que Bourdieu (1989) chamou de *mercados de bens de poder* dentro dos campos simbólicos. Nesse sentido, a política se fundamenta como posição estratégica no contexto das relações dos sistemas institucionais, culturais e econômicos. A questão do desemprego e, mais especificamente, das relações de trabalho no sistema capitalista, encontram nas relações instituintes lugar social para a ação e, portanto, de construção social dessa realidade.

DELIMITAÇÃO DA PESQUISA E TÉCNICAS ADOTADAS

Sendo um estudo de natureza qualitativa, a presente investigação utiliza o método *estudo de caso* para fundamentar a pesquisa de campo (Richardson, 1999)

uma vez que busca desvendar as representações sociais construídas pelos operários da Empresa Alfa (organização do setor metalúrgico situada no sul de Minas Gerais) sobre o processo de demissão, as percepções do trabalho e os significados do (des)emprego.

Na empresa Alfa, de uma população de 350 demitidos nos últimos três anos, foi extraída amostra intencional, constituída de vinte demitidos. Os dados foram fornecidos pelo sindicato dos metalúrgicos da região sul do referido estado. Esse procedimento satisfaz os pressupostos da pesquisa qualitativa, que não exige representatividade estatística e nem estabelecimento de coeficientes de fidedignidade para instrumentos de coleta de dados (Triviños, 1992).

Os dados foram coletados no segundo semestre de 2002, por meio da técnica de entrevista com roteiro semi-estruturado, registradas em fitas K-7 e, posteriormente, transcritas na tentativa de resgatar nos discursos dos demitidos, a respeito do fenômeno investigado, as principais representações por eles elaboradas (Bogdan e Bikken, 1994). O roteiro de entrevista foi estruturado em dois grandes blocos de questões. O primeiro buscou informações da família, das experiências de trabalho, emprego e estudo, ou seja, dados pessoais e experiências de vida. O segundo priorizou informações sobre o processo de demissão, o contexto e os significados do trabalho e do (des)emprego. A estratégia adotada para acessar as representações sociais foi conduzir a entrevista num processo interativo e dinâmico, diminuindo o formalismo e a interferência do pesquisador no conteúdo das falas dos sujeitos.

Os dados coletados foram transcritos e, posteriormente, tabulados e analisados pela técnica de análise de discurso (Spink, 1995, 2000; Minayo, 1995). Nessa fase, procurou-se interpretar o sentido da linguagem e o significado que sua expressão carregava, incluindo o modo como as palavras foram ditas, os gestos, as expressões faciais, o timbre de voz, entre outros aspectos sutis, mas de extrema importância na identificação das representações sociais.

Tal postura metodológica está respaldada em Spink (2000). A autora destaca que ao relacionar "práticas discursivas com produção de sentidos, estamos assumindo que os sentidos não estão na linguagem como materialidade, mas no discurso que faz da linguagem a ferramenta para a construção da realidade" (Spink, 2000, p.193).

As representações sociais produzidas pelos sujeitos entrevistados foram tabuladas em quatro categorias, observadas em relação ao significado do desemprego: a) perda da referência social; b) fonte constante de pressão; c) ameaça à cidadania; d) condicionante de alternativas. Os trechos das entrevistas, referentes às representações sociais dos sujeitos entrevistados, são transcritos para o texto das análises sempre que necessários para ilustrar determinada representação.

Os dados pessoais que permitem entender os sentidos com base no contexto do sujeito foram tabulados com o auxílio da estatística descritiva simples e estão descritos a seguir.

CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

A tabulação dos dados concernentes ao primeiro bloco de questões permitiu caracterizar os respondentes. Verificou-se que, dos vinte entrevistados, dezesseis eram do sexo masculino e quatro, do sexo feminino, correspondendo de forma parcial à totalidade dos gêneros (masculino/feminino) na organização pesquisada, pois o grupo dos entrevistados fazia parte do setor de produção. Quatorze deles eram casados e seis eram solteiros, com idades variando de 22 a 53 anos (média de 34 anos). O tempo de trabalho na empresa Alfa variou de 1 a 11 anos (média de 5,9 anos); salienta-se que cinco dos entrevistados sofreram o processo de contratação-demissão duas vezes.

Quanto às atividades realizadas após a demissão, observou-se que nove abriram seu próprio negócio, três continuam "parados" (mesmo após o término do

seguro desemprego), três continuaram atuando no setor metalúrgico e cinco passaram a trabalhar em atividades de comércio ou de prestação de serviços. Os reflexos econômicos da perda do emprego foram percebidos e declarados por 13 dos 20 entrevistados, como redução dos rendimentos mensais após a demissão. O grau de escolaridade dos entrevistados varia de ensino fundamental incompleto ao terceiro grau incompleto (seis apresentavam o ensino fundamental completo e cinco, o ensino médio completo).

RESULTADOS DA PESQUISA E CATEGORIAS DAS REPRESENTAÇÕES: SIGNIFICADO DA PERDA DO EMPREGO

A análise das práticas discursivas, consideradas por Spink (2000) como maneiras a partir das quais as pessoas produzem sentidos e se posicionam em relações sociais cotidianas, permite identificar o significado institucionalizado no meio social dos ex-operários da Empresa Alfa quanto à perda do emprego. Para fins didáticos de apresentação dos resultados das análises, as representações sociais foram subdivididas em quatro categorias que abarcam diferentes espectros da vida desses trabalhadores. Buscou-se desvendar as representações dos sujeitos com base no processo de demissão, buscando-se compreender as similitudes e as diferenças acerca dos significados atribuídos ao trabalho e ao desemprego. Verificou-se ainda suas implicações na vida social (em família, amigos, ex-colegas), nas questões financeiras e nas ações implementadas em resposta à perda do emprego.

O DESEMPREGO COMO PERDA DA REFERÊNCIA SOCIAL

O significado do desemprego para os ex-operários entrevistados revela o trabalho como ligação lógica entre as representações do âmbito privado e público. As principais categorias identificadas nas práticas discursivas acerca do trabalho, do processo de trabalho e do ato de trabalhar estão relacionadas ao mesmo eixo central, nas representações sobre as próprias vidas. Desse modo, a pressão social e econômica sobre os desempregados exerce influência na forma de esses indivíduos se relacionarem no seu espaço comunitário, em sua realidade social, causando-lhe sensação de não pertencimento e de desvalorização pessoal.

Na rua eu fiquei diferente, eu mesmo coloquei esta barreira... fui reduzindo o convívio [...] Não dá... a gente fica pra baixo (Relato de entrevista – respondente 14).

Dentre os diversos significados atribuídos pelos entrevistados, ficou evidente a importância do trabalho como meio de sobrevivência, de ocupação, de dignidade e de retorno financeiro.

Eu acho que o trabalho dignifica qualquer pessoa, foi um trabalho bastante importante na minha vida, fiz bastantes amizades, aprendi muitas coisas lá... (Relato de entrevista – respondente 6)

O trabalho é..., é um seguimento da vida, uma coisa que Deus deixou para a gente. A gente já nasceu para trabalhar, para poder viver com dignidade..., mas às vezes com o trabalho não dá para realizar os sonhos (Relato de entrevista - respondente 2)

Nesses discursos, observa-se a centralidade do trabalho como responsável pela criação de valor da força de trabalho e como fonte primária da realização do ser social, da atividade humana, do fundamento ontológico básico humano. Muitos dos termos utilizados nas práticas discursivas fazem parte do discurso da organização, indicando o quanto a organização está inserida no mundo cotidiano dos entrevistados.

Trabalho, homem e sociedade. O que isto significa? Isto significa que o trabalho é essencial, depois da saúde (Relato de entrevista - respondente 14).

O trabalho foi percebido como organizador da rotina diária e dos horários em família e sociedade. Ele possibilita ao indivíduo relação direta com o mundo, dando sentido às suas ações.

É estranho..., a gente acorda e fica perdido..., sem saber o que fazer... (Relato de entrevista - respondente 5).

A falta do trabalho somente é sentida após a perda do mesmo e a vida do desempregado é afetada, principalmente, pela forma com que o trabalho era percebido antes da demissão.

Quando questionados sobre o porquê de ter escolhido a Empresa Alfa para trabalhar, a pronta resposta refere-se aos ganhos financeiros ("bom salário") e econômicos (planos de saúde, alimentação, uniforme). A segunda resposta é pela falta de oferta de postos de trabalho na cidade.

É uma empresa ótima em seus benefícios, convênio médico, honesta com o funcionário em condições de pagamento, não atrasa, é uma empresa muito boa (Relato de entrevista - respondente 15).

No trabalho em geral, tem muita cobrança e a remuneração não é tão boa assim, [...], a competição força as pessoas a aceitarem muitas condições desfavoráveis. O operador é como um fusível, queimou você troca! É têm muitos... (Relato de entrevista - respondente 1).

A análise das práticas discursivas dos entrevistados revela o trabalho como importante elemento financeiro e confirma a percepção do dinheiro como principal ficha simbólica para a mediação das relações sociais. O emprego é o responsável pela construção da ilusão de um poder econômico estável e a confrontação com a realidade (desilusão) vem através da demissão e do desemprego.

O DESEMPREGO COMO FONTE CONSTANTE DE PRESSÃO E SENTIMENTO DE TRAIÇÃO

Quanto à segunda categoria extraída das práticas discursivas dos entrevistados, observa-se que o desemprego é percebido como fonte de pressão/ameaça constante.

A gente não sabe o dia de amanhã. Hoje você está ali, amanhã você não sabe... (Relato de entrevista - respondente 4).

Muitos relatam que, ao verem na televisão as notícias da *crise global*, dormiam preocupados com as repercussões dessas na organização e na garantia do seu emprego, que não estava definida.

Hoje, em situação de desemprego, os sentimentos são diversos, como vazio, inutilidade, tristeza, desvalorização e baixa auto-estima. Os sentimentos de revolta, traição e ausência de justificativas para a demissão também fizeram parte dos relatos dos entrevistados. Talvez tais sentimentos sejam explicados pela prática de demissão formal, impessoal e, na maioria das vezes, em massa adotada pela empresa demissionária.

A falta do trabalho traz inutilidade, auto-estima baixa... um preconceito de você não servir mais (Relato de entrevista - respondente 14).

Nossa! É horrível, não tem coisa pior! Até hoje é horrível (quase três anos), porque eu gostava muito... É como se tirasse algo de mim (Relato de entrevista - respondente 12).

As reações psicológicas do desemprego nos entrevistados variaram bastante, alguns disseram que já tinham "isso na cabeça" ou que "quem trabalha lá

já sabe como que é". Os ex-operários demonstraram sentimentos de vazio, de decepção, de inconformidade, sendo esta prática discursiva corrente, e, não raras vezes, foi possível perceber que, quanto mais o entrevistado falava bem da organização, mas revelava a revolta pela demissão.

Na verdade foi uma surpresa muito grande, porque ninguém esperava! Até os próprios companheiros de trabalho ficaram muito surpresos, porque, não querendo encher minha bola, sempre fui um funcionário exemplar dentro da empresa. Nunca cheguei atrasado, nunca faltei, nunca peguei um atestado... Já teve vez de trabalhar fora de condição, mas sempre cumpri com minhas obrigações! (Relato de entrevista - respondente 6).

Não esperava ser mandado embora; não tinha motivo. Fiquei chocado na hora, depois caí na real. As coisas estão difíceis hoje em dia (Relato de entrevista - respondente 16).

Numa outra dimensão, talvez até remota em termos práticos, observa-se que a expectativa de retornar ao mesmo emprego gera angústia e, por vezes, dificulta a implementação de ações em outra direção ou em formas alternativas de renda. Os entrevistados também deixaram transparecer que a revolta pelo desemprego está associada ao processo de demissão pouco equânime.

Muitas vezes quem fica são os puxa-sacos, aqueles que vivem na volta do chefe e que querem saber as coisas pra contar pra ele... (Relato de entrevista - respondente 1).

O discurso acima transcrito revela o sentimento de troca desigual, na qual os trabalhadores se doam à empresa e, no momento da demissão, vêem seus esforços sendo desmerecidos e substituídos por outros julgados superiores. Está evidente o sentimento de traição do colega que ficou com o emprego e da empresa que o demitiu.

Para mim o mundo caiu na minha cabeça. Eu não esperava... Achei que estava melhorando e, de repente recebe uma notícia dessas! Principalmente para um pai de família... Me senti muito para baixo, não restando outra coisa a não ser se lamentar e pedir a Deus ajuda (Relato de entrevista - respondente 9).

A maioria dos demitidos atribuiu a fatores externos à Empresa Alfa as causas pela demissão. Foram citados eventos internacionais, como a queda das torres do *World Trade Center*, em Nova York, as crises na Ásia e na Argentina. No entanto, as mudanças ocorridas no processo produtivo, impulsionadas pelo avanço tecnológico, foram o evento citado por todos, apesar de não ter sido referido como fato interno da Empresa Alfa.

O desemprego dá medo, medo das incertezas, mas tudo é assim, a gente fica na expectativa sempre, você vê, veio uma máquina lá da Argentina, e uma máquina mandou vinte homens embora. Toda a indústria tá assim (R.1).

As práticas discursivas também revelam a insegurança e a instabilidade no emprego, percebidas como fenômeno global. Há expectativa latente de que o cumprimento de metas de produção e a realização de um "bom trabalho" mantenham trabalhadores no emprego. Essa é uma representação social que os mantém "reféns" da empresa, incentivados pelos discursos de "ganhos iguais" ou "parcerias entre iguais" da organização nos programas de preparação da empresa para a certificação da qualidade. Esse também pode ser incluído como fator que impele trabalhadores a buscar cada vez mais a própria superação fora do emprego.

Outra representação observada nas práticas discursivas refere-se à representação do papel ambivalente da família no processo de desemprego, apontada

tanto como fonte de apoio, de incentivo à superação das dificuldades e frustrações, quanto como fator de "pressão e cobrança".

Eu senti a coisa apertando, porque ainda estava aumentando minha casa; lutava com umas dívidas porque eu tinha que ajudar minha mãe, minha família. Eu pego muito com Deus! Ele não me deixou desamparado; fiquei um ano parado e daí minha mãe me ajudou... Ela é aposentada! (Relato de entrevista - respondente 11).

É necessário o apoio da família, muita oração, muita calma para superar o desemprego (Relato de entrevista - respondente 14).

Essa ambivalência potencializa-se com a escassez de recursos financeiros, gerando conflitos sociais por não mais conseguir atender às necessidades da família. O desemprego gera incerteza dos valores, abala a identidade, causa distúrbios psicológicos, pois ele é retratado como eixo orientador da ação social do homem, principalmente nas mediadas pelo dinheiro. A falta do emprego inibe parcialmente a interação social.

○ DESEMPREGO COMO AMEAÇA À CIDADANIA "ECONÔMICA"

Nesta terceira representação, a ênfase é dada aos efeitos econômicos e financeiros do desemprego, visto que as relações sociais no mundo atual estão cada vez mais mediadas pelo poder econômico. As representações sociais analisadas, no entanto, abarcam um sentimento muito mais amplo, o de não pertencimento à sociedade de consumo. A falta do dinheiro impõe uma série de limitações introjetadas pelos entrevistados nas suas relações sociais e em suas (re)construções da realidade social.

Fiquei um pouco estressado com o problema do desemprego... estou até hoje. O dia vai acabando, as coisas vão acabando e não tem de onde tirar (Relato de entrevista - respondente 16).

Tive problemas de saúde, baixa auto-estima, insegurança... me senti derrotada, mudou o relacionamento dentro de casa, fiquei muito nervosa, brigava à toa com o marido, senti como uma inútil... (Relato de entrevista - respondente 8).

A importância da questão financeira foi caracterizada como ameaça à cidadania, aqui expressa mais em termos econômicos do que políticos. O poder aquisitivo e a condição econômica são percebidos como condições básicas para vida justa e digna.

Parece que pobre, trabalhador, só pode comer feijão e arroz! Não dá pra comprar uma coisinha diferente, não dá pra visitar os parentes e nem comprar uma coisinha boa para os filhos (Relato de entrevista - respondente 4).

Outra representação social identificada na prática discursiva em torno da situação financeira do trabalhador é a diferenciação do poder de compra do salário em relação ao contexto geográfico em que a empresa empregadora está localizada. Muitos entrevistados entendem que a situação financeira em que vive determina a sua entrada na empresa (emprego) e o faz suportar as pressões no trabalho cotidiano.

Numa outra dimensão, os entrevistados revelam que a questão financeira está ligada diretamente à sua realização pessoal, muitas vezes determinada pela expectativa de realização de seus sonhos materiais. Ao ver-se desempregado, esse mesmo indivíduo se declara estar numa "cilada", pois, repentinamente, os seus sonhos precisam deixar de ser sonhados.

Tem uma boa remuneração! No Brasil, todo mundo tá reclamando dos salários... Prá cidade aqui é um bom salário, nunca atrasa, tem um bom plano de saúde, alimentação, transporte... Imagina em São Paulo? Aquela loucura..., e tem mais, tem uma participação nos lucros... é duas vezes ao ano, no meio e no fim. É para todos, do chefe ao operador pé de chinelo! Isso pesa bastante! Mas tem também, quando diz que trabalha na Empresa Alfa as pessoas dizem: você ganha, mas rala! A Empresa Alfa tem disso [certificação ISO 14000] do meio ambiente, ela é muito cobrada e por isso cobra muito dos funcionários (Relato de entrevista - respondente 1).

Novamente fica evidente que os benefícios atrelados ao emprego causam forte impacto na subjetividade dos entrevistados, principalmente aqueles vinculados a metas de produtividade. Os benefícios relativizam a relação do homem com o trabalho e os conflitos a ele inerentes e, gradativamente, tendem a se tornar naturais e vistos como imutáveis. A participação nos lucros, por sua vez, além de ser um fator de incentivo material, também serve como amortecedor nas tensas negociações por reposição salarial, referendando o discurso da igualdade.

Quando você está empregado, você se torna independente na sua vontade de consumo, ser benéfico a alguém ou a você mesmo. Hoje não tenho esse poder de consumo, como almejar compromissos de algo mais para o futuro. O desempregado não é nada! Ele não tem poder de aquisição. (Relato de entrevista - respondente 15)

Importante destacar que há representações distintas para as questões financeiras a partir da segmentação por estado civil dos entrevistados. Para os solteiros, a questão financeira resume-se predominantemente à aquisição de bens de consumo e, para os casados, elas estão atreladas, principalmente, ao sustento da família, à aquisição da casa própria, à saúde e à educação dos filhos.

A casa própria, em especial, tem um significado muito importante para os casados, de tal forma que se transforma em imagens, como abrigo, espaço de proteção em momentos de desamparo e incertezas. É algo material, pode ser mostrado aos amigos e foi conquistado com o trabalho no emprego.

Fico muito agradecida à empresa, porque no tempo que trabalhava lá pude arrumar minha casinha. Não tá pronta, mas melhorou muito. O aluguel é um dinheiro morto, jogado fora. No desemprego é que fui dar mais valor ao que economizo todo mês (Relato de entrevista - respondente 4).

Outra preocupação de ordem maior para os casados é a saúde dos membros da família. No Brasil, há um problema estrutural em torno da saúde pública e do acesso aos planos de saúde privados. Por isso, no momento da demissão, o plano de saúde passa a ter a mesma importância que o salário em espécie.

Mudou muita coisa, porque lá, na Empresa Alfa, eu tinha mais conforto, tinha mais condições, as coisas materiais que eu precisava... tive que cortar muita coisa. Minha esposa (na época) sentiu muito. Precisa muito de mim, precisa muito de médicos... Até hoje ela tem problema de pulmão (Relato de entrevista - respondente 11).

As práticas discursivas dos entrevistados deixam evidente a importância do emprego para o convívio social. Muitos entrevistados consideraram que o desemprego afastou-os dos amigos, fato percebido pela redução no número de relações sociais. No entanto, é o sentimento de inferioridade que afastou cada um dos entrevistados de um convívio social maior, seja pela redução do poder aquisitivo, seja pelo sentimento de inferioridade gerado com a perda do emprego. Todas as atividades de lazer praticadas durante o tempo de emprego (oferecer festas, chamar amigos ou colegas de trabalho para tomar um café, fazer um passeio diferente) passam a ser consideradas atividades que provocam gastos desnecessários

no tempo do desemprego. A representação do desemprego é de impossibilidade de manter o mesmo padrão de vida e as mesmas relações sociais, o que provoca conseqüências na dimensão psicológica e altera todas as relações com o mundo e consigo mesmo.

O DESEMPREGO COMO CONDICIONANTE DE ALTERNATIVAS

Por fim, tem-se a representação da perda do trabalho como um fator que impulsiona a *tomada de decisão* do desempregado frente à realidade enfrentada, no sentido de buscar alternativas de trabalho, de como iniciar o próprio negócio. Essa representação mostrou-se atrelada ao significado atribuído ao trabalho, bem como ao papel do trabalhador na realidade social, política e econômica. Ou seja, quando o significado do trabalho adquire um sentido "macro", girando em torno de questões como o *engrandecimento do país*, de *nossas responsabilidades social e econômica* (trechos de discursos), a perda do emprego convoca o "não-trabalhador" a assumir uma posição mais ativa e de responsabilidade para com os próprios princípios.

Na maioria dos discursos, em que a questão do trabalho estava atrelada aos significados de sobrevivência, observou-se posicionamento mais "passivo" por parte dos entrevistados diante da situação da perda do emprego. Quando questionados a respeito da situação do desemprego no país, alguns discursos chamaram a atenção para o "papel ativo" dos trabalhadores e desempregados como atores responsáveis pelo desenvolvimento e construtores das próprias realidades.

Os governantes deveriam colaborar sim e colocar o desemprego como prioridade total. Mas não podemos esquecer o nosso papel... Devemos trabalhar para melhorar a situação do país e, desta forma, estaríamos contribuindo para o aumento dos empregos (Relato de entrevista - respondente 16)

A análise do discurso revela um significado em torno do desemprego que, muitas vezes, se contrapõe ao significado da perda de referência social como revelado na primeira categoria de análise das representações. Como responsável pelas condições sociais e econômicas da própria realidade ou como indivíduo portador de futuro e construtor da realidade, o desempregado não perde a referência social, na medida em que se vê um agente potencial de mudanças do seu contexto.

Ao analisar algumas falas referentes à perda do emprego e às atitudes e posicionamentos dos desempregados, percebe-se a coerência entre tais posicionamentos e os valores e significados atribuídos ao trabalho. O que remete à questão do "desemprego", não como "fato social" explicado em si mesmo, mas como realidade construída em determinado contexto, é que pode ser modificada de acordo com a experiência do ator social e dos significados que o mesmo atribui a outros elementos, como o trabalho.

Estava uma fase de corte... Com baixa produção, meu chefe me chamou e falou que não precisava mais dos meus serviços. Só no momento fiquei um pouco perdido, pois tinha família para sustentar. Mas não podemos parar nem esperar diante da atual situação econômica que o país atravessa. Acredito no velho ditado: "há males que vêm para o bem". Tomei a iniciativa de abrir a minha loja... Se eu não tivesse perdido o emprego, não teria dinheiro para montar o negócio. (Relato de entrevista - respondente 20).

Chama a atenção no discurso a ausência de qualquer sentimento de culpa ou qualquer sentido pejorativo atribuído ao desemprego. Esse sentimento cede lugar à atitude, ao caráter ativo do desempregado como portador de futuro, ao afloramento do empreendedorismo. Para que a atitude se faça concreta, e o "sujeito" exerça o seu papel na sociedade (como agente de mudança e construtor da nova realidade), é necessária a perda do emprego.

Nesse sentido, não há o que analisar em termos de perda de referência, problemas psicológicos e fonte de pressão. Para os indivíduos que se consideram agentes de mudança, não há o espaço/tempo "desemprego", o que se vê é o trabalho constante na construção de alternativas. Em outro sentido, o desempregado também pode ser encarado como "impulsionador" de iniciativas. Ao considerar o contexto global atual competitivo e excludente, nos discursos em que o significado do trabalho ressalta o sofrimento da incerteza e um sentimento de "prisão psicológica", o desemprego emerge como a libertação e a oportunidade de construir um futuro mais liberto, livre do sofrimento da incerteza, da instabilidade das relações trabalhistas.

O desemprego foi um impulso para que eu montasse o meu próprio negócio. O desejo de ser auto-suficiente e de não ficar mais na incerteza falou mais alto e eu corri atrás de uma nova alternativa de sobrevivência (Relato de entrevista - respondente 19).

Nos discursos de alguns dos entrevistados, as trajetórias das iniciativas são marcadas por manifestações de coragem e dinamismo muitas vezes narradas em termos de dificuldades enfrentadas no início do empreendimento. Por meio dessas narrativas, tornou-se possível mapear os significados do que seria atitude empreendedora na perspectiva de alguns entrevistados. Para eles, essa atitude envolve, principalmente, "coragem" e estabelecimento de um objetivo, empenho e comprometimento.

Ao tratar da atitude empreendedora, devem-se considerar os aspectos subjetivos dos entrevistados que manifestam tal atitude diante da situação do desemprego. Em alguns discursos, os aspectos subjetivos foram traduzidos como "*dons*".

Acho que sempre tive esse dom... para comprar e vender. Quando fui demitido, não pensei duas vezes e comecei a planejar o meu negócio próprio. Em nenhum momento desanimei. Fui no SEBRAE e pedi uma opinião. Eles fizeram uma pesquisa e me falaram que eu precisava de uma quantia "X" para iniciar o negócio. Eu pensei: "não tenho "X" mas tenho "Y". Com o meu jogo de cintura e minha coragem vou iniciar do meu jeito e, graças a Deus, tem dado certo (Relato de entrevista - respondente 16).

As análises revelaram que os indivíduos dotados de perfil mais dinâmico, criativo e, essencialmente, ousado são, justamente, aqueles que atribuem significados mais abrangentes ao contexto referente ao trabalho e ao seu papel na sociedade. Esses entrevistados adotam postura ativa diante da questão do desemprego, elegendo-o um condicionante na construção de nova realidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de investigar os significados da perda do emprego para as pessoas em idade ativa, foram utilizados os fundamentos da TRS como referência teórico-metodológica. As reflexões sobre a reestruturação produtiva e subjetividade humana oferecem o suporte necessário para justificar o estudo no campo organizacional. Para o indivíduo, o significado da perda do emprego é guiado por suas representações sobre o trabalho, tendo sido possível, mediante a (des)construção das práticas discursivas das categorias trabalho e (des)emprego, observar a existência de outras categorias importantes para o estudo das mudanças do trabalho e da subjetividade humana nas relações no mundo do trabalho atual.

A interdisciplinaridade faz-se necessária em virtude da complexidade, da fragmentação e das interfaces da realidade social. Urge construir novos horizontes que possam indicar a (re)construção da realidade social, mas, para tanto, o desemprego não deve ser considerado apenas externalidade do sistema capitalista contemporâneo, pois nele foi constatada uma crise de valores e crenças em torno da realização e dos valores pessoais. O ambiente de trabalho contemporâ-

neo, com ênfase nos trabalhos de curto prazo, na execução de projetos e na flexibilidade, não permite aos indivíduos o desenvolvimento de experiências ou a construção de narrativas coerentes para suas vidas, bem como impede a formação do caráter e de uma certa linearidade na vida dos (des)empregados.

O trabalho é representado socialmente como eixo central que orienta as ações sociais, que promove elos entre a realidade, a subjetividade humana e o cotidiano social do trabalhador. O trabalho revelou-se, ainda, responsável pela manutenção da vida dos entrevistados por ser o único modo de trocar atividades humanas por dinheiro, sendo este usado como elo entre o indivíduo e a realidade socialmente construída. Os benefícios que advêm do emprego são filtros utilizados pelo indivíduo para neutralizar a comunicação paradoxal e a ambigüidade histórica de trabalho-escravidão.

O desemprego representa perdas em vários sentidos: da identidade com ideal de ego, do poder de consumo, das referências, dos contatos e da autoestima. Os efeitos dele sobre a subjetividade humana tendem a ser alavancados por sentimentos de revolta e traição, desencadeados após os desempregados terem passado pelo processo de demissão. Isso fica evidente nas práticas discursivas que comparam as contribuições do entrevistado para a empresa e a sua reação negativa pela demissão.

No contexto do desempregado, a família também representa ambigüidade, pois tanto pode oferecer apoio e ajuda, quanto ser ponto de pressão e motivo de preocupações. Isso depende muito da estrutura familiar (relacionamentos equilibrados, equilíbrio financeiro), mas sempre traz preocupações extras. O desemprego acarreta a precarização das condições de *status* no que tange à saúde e à educação dos membros da família.

As relações sociais e o trabalho estão cada vez mais impregnados de valores monetarizados. Há crescente instrumentalização das relações no âmbito do trabalho e a conseqüente falta de confiança. Dessa forma, no desemprego, a questão financeira denota estigma ainda maior de sofrimento, de exclusão, de não pertencimento. Essa monetarização das relações retoma o discurso histórico da concorrência hierárquica das relações internas na organização e na sociedade.

O desemprego também emerge como impulsionador pela busca de alternativas como o estabelecimento do próprio negócio. Essa percepção mostrou-se atrelada ao significado do trabalho como responsabilidade do trabalhador para com as condições sociais e econômicas do país. Dessa forma, o desempregado exerce o papel de um ser "ativo" e portador de futuro que busca a (re)construção de própria realidade.

Urge a desconstrução da questão do desemprego de maneira que seja possível instituir um movimento de ruptura das atuais representações sobre o trabalho, procurando-se saídas ao impasse imposto pelo capitalismo à sociedade; é preciso "desencantar o trabalho", relativizar seus mitos inventando e acreditando, a partir do imaginário radical, em novas concepções e sentidos em direção à realização pessoal.

Deve-se, portanto, conceber conceitos alternativos para os espaços públicos e modos de (sobre)vivência no mundo do trabalho. Como resultado dessas transformações sociais, espera-se a emergência de modos alternativos valorativos da socialização, da expressão individual e da constituição da identidade social que contemplem a nova ordem social capaz de abarcar em um só espectro a lógica, a racionalidade produtiva e os fundamentos sociais e políticos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3.ed., São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.
- BRITO, M. J. ; BRITO, V. G. P.; CAPPELLE, M. C. A. Avaliação de desempenho e a liturgia do poder disciplinar em análise. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n.4, jul./ago. 2001.
- CALDAS, M. P. **Demissão**: causas, efeitos e alternativas para empresa e indivíduo. São Paulo: Atlas, 2000.
- CARDOSO, C. F. Introdução: uma opinião sobre as representações sociais. *In*: CARDOSO, C. F. (org.). **Representações**: contribuição para o (a um) debate interdisciplinar (transdisciplinar). São Paulo: Papyrus, 2000. p.9-39.
- CASTRO, R. C. A gerência pela qualidade total: um campo social. **Caderno de Filosofia e Ciências Humanas**. Belo Horizonte, v. 4, n.10, abr., 1998. p. 7-17.
- FARR, R. M. Representações sociais: a teoria e sua história. *In*: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. **Textos em representações sociais**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p.31-59.
- GAUTIÉ, J. **Da inversão do desemprego à sua desconstrução**. Mana, Rio de Janeiro, v.4, n.2, out., 1998,
- GUARESCHI, P.A.; JOVCHELOVITCH, S. **Textos em representações sociais**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.
- HIRATA, H. Os mundos do trabalho: convergência e diversidade num contexto de mudanças dos paradigmas produtivos. *In*: CASALI, A. *et al.* (Orgs.). **Educação e empregabilidade**: novos caminhos da aprendizagem. São Paulo: EDUC, 1997. p. 23-42.
- IANNI, O. **Teorias da globalização**. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. 225 p.
- JOVCHELOVITCH, S. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. *In*: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. **Textos em representações sociais**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p.63-85.
- LIMA, M. E. A. Novas políticas de recursos humanos: seus impactos na subjetividade e nas relações de trabalho. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAD, 17, 1993, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPAD, 1993a.
- _____. As novas políticas de pessoal e a saúde mental dos gerentes. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAD, 17, 1993, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPAD, 1993b.
- _____. Programas de "qualidade total" e seus impactos sobre a qualidade de vida no trabalho. *In*: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA DO TRABALHO, 1, 1993, [s.l.] **Anais...** [s.n.] 1993c.
- LINHART, D. O indivíduo no centro da modernização das empresas: um reconhecimento esperado mas perigoso. *In*: **Trabalho & Educação**, n.7, p.24-36, jul./dez. 2000.
- MARTINS, J. F. G. Vivências e experiências dos trabalhadores nos processos participativos: a busca do sentido da vida. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, 6, 1999, Belo Horizonte. **Anais...** São Paulo: ABET, 1999. 1 CD.

- MATTOSO, J. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Página Aberta, 1995.
- MINAYO, M. C. S. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. *In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. **Textos em representações sociais***. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p.89-111.
- MINERBO, M. **Inconsciente**: um resgate de sua dimensão social-histórica. *Psicologia USP, São Paulo*, p. 335-45, v.10, n.1., jan./abr. 1999.
- OLIVEIRA, D. A. Flexibilização nas relações de trabalho e emprego e o recurso à educação. *In: **Trabalho & Educação***, n.7, p.158-74, jul./dez., 2000.
- PIORE, M. J. *Historical perspectives and the interpretation of unemployment*. ***Journal of Economic Literature***, v. 15, p. 1834-50, Dez. 1987.
- POCHMANN, M. Estudo traça o novo perfil do desemprego no Brasil. ***Revista do Legislativo***, p.38-47, abr./dez., 1999. p. 38-47.
- RICHARDSON, R. J. *et al.* **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.
- ROSA, M. I. Do governo dos homens: novas responsabilidades do trabalhador e acesso aos conhecimentos. ***Educação e Sociedade***, v.19, n.64, p.130-147, set., 1998.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 7.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 174 p.
- SENNETT, R. **A corrosão do caráter**: as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 4.ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SPINK, M. J. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. *In: GUARESCHI, P. A., JOVCHELOVITCH, S. (orgs.). **Textos em representações sociais***. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. p.117-145.
- SPINK, M. J. (org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. 2.ed., São Paulo: Cortez, 2000.
- TEDESCO, J. C.; CAMPOS, G. L. R. (Orgs.). **Economia solidária e reestruturação produtiva**: (sobre)vivência no mundo do trabalho. Passo Fundo: UPF, 2001.
- TENÓRIO, F. G. O trabalho numa perspectiva teórico-crítica: um exercício conceitual. ***Organizações & Sociedade***, Salvador, v.4, n.10, p.59-74, set./dez., 1997.
- TOLFO, S. R. As possibilidades de crescimento dos sujeitos que trabalham em organizações sujeitas à reestruturação produtiva. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO*, 6, 1999, Belo Horizonte. **Anais...** São Paulo: ABET, 1999. 1 CD.
- TRIVIÑOS, A.N. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1992.
- WATERS, L. E. *Psychological reactions to unemployment following retrenchment*. ***Human Resource Management, Employee Relations and Organization Studies***, n.10, Melbourne. Disponível em: < <http://www.management.unimelb.edu.au/research/wph10.pdf> >. Acesso 11 dez. 2002.
- WERNECK, H. Reestruturação produtiva e desestruturação do mundo do trabalho. ***Economia & Gestão***, Belo Horizonte, v.2, n.3, p.9-35, jan./jun. 2002.